



**O USO DA ANÁLISE FUNCIONAL DO COMPORTAMENTO EM CRIANÇAS COM DESENVOLVIMENTO ATÍPICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
THE USE OF FUNCTIONAL BEHAVIOR ANALYSIS IN CHILDREN WITH ATYPICAL DEVELOPMENT IN EARLY EDUCATION**DANTES, Amanda Elisa Alves¹**RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo propor o uso da análise funcional do comportamento para o profissional da educação. E apresentar um trabalho que ajude esse profissional a entender as contingências do comportamento disruptivo em crianças com desenvolvimento atípico, conhecer as vantagens do uso da análise funcional e os benefícios desse conhecimento aos envolvidos. Sendo a inclusão escolar dessas crianças, em idade precoce, de extrema importância para o seu desenvolvimento e para o processo de alteridade nas demais. Ainda hoje há profissionais de educação contrários ao processo de inclusão por dificuldade em lidar com esses comportamentos. Sendo constituído de pesquisa bibliográfica sobre a temática e aplicado sobre comportamentos disruptivos registrados nas observações da autora ao longo de seus anos na educação infantil. Mediante a informações obtidas através da análise funcional, algumas intervenções foram propostas para os comportamentos analisados, todos passíveis de manejo para sua modificação, se estratégias eficientes fossem aplicadas. No entanto, para elaboração dessas estratégias se faz necessário realizar uma análise funcional eficiente, que evidencie quais consequências mantêm tais comportamentos. Sendo assim, a análise funcional se mostra uma ferramenta vantajosa ao ambiente escolar para o manejo do comportamento disruptivo, o que beneficia o processo de inclusão a todas as crianças. Assim, este artigo não se pretende conclusivo, mas destina-se a expressar algumas reflexões sobre a temática do comportamento disruptivo no ambiente escolar e pesquisas voltadas a essa temática e esses sujeitos, serão continuadas no futuro.

Palavras-chave: Análise Funcional do Comportamento. Comportamento Disruptivo. Análise aplicada do Comportamento.

ABSTRACT

This research aims to propose the use of functional behavior analysis for education professionals. And present work that helps this professional understand the contingencies of disruptive behavior in children with atypical development, learn about the advantages of using functional analysis and the benefits of this knowledge for those involved. The school inclusion of these children, at an early age, is extremely important for their development and for the process of alterity in others.

¹ Graduada no curso Tecnologia em Redes de Computadores, pela Universidade Estácio de Sá de Ourinhos e Pós-Graduada no curso Tecnologia da Informação e Comunicação da Educação, pela Universidade Estadual de Londrina. amanda.dantes@gmail.com

Even today, there are education professionals who are against the inclusion process due to difficulty in dealing with these behaviors. Consisting of bibliographical research on the topic and applied to disruptive behaviors recorded in the author's observations throughout her years in early childhood education. Using information obtained through functional analysis, some interventions were proposed for the analyzed behaviors, all of which could be managed for modification, if efficient strategies were applied. However, to develop these strategies it is necessary to carry out an efficient functional analysis, which highlights the consequences that maintain such behaviors. Therefore, functional analysis proves to be an advantageous tool in the school environment for managing disruptive behavior, which benefits the inclusion process for all children. Thus, this article is not intended to be conclusive, but is intended to express some reflections on the topic of disruptive behavior in the school environment and research focused on this topic and these subjects will be continued in the future.

Keywords: Functional Behavior Analysis. Disruptive Behavior. Applied Behavior Analysis.

1. INTRODUÇÃO

Em face do crescente ingresso de crianças com desenvolvimento atípico na educação infantil, preparar os profissionais de educação para melhor atender à essas crianças é de extrema urgência para o sucesso no processo de inclusão. Dentre as diversas dificuldades vivenciadas por esse profissionais, lidar com os comportamentos disruptivos é a mais desafiadora. Onde maioria deles não consegue entender o porquê esses comportamentos ocorrem e nem criar estratégias para seu enfraquecimento. Dentro da ciência ABA, a análise funcional do comportamento tem por objetivo compreender a função do comportamento, sendo assim uma pesquisa sobre essa temática, pode fazer com que esses profissionais possam entender e criar estratégias adequadas para manejar comportamentos, melhorar a qualidade do processo de inclusão e transformar o ambiente escolar em um verdadeiro espaço de alteridade. Tendo este trabalho por objetivo descrever e discutir o uso da análise funcional do comportamento para os profissionais da educação infantil, de zero a três anos, baseado na dificuldade vivenciada pela autora antes de adquirir conhecimento em (ABA) Análise aplicada do comportamento em autismo. Entender o porquê os comportamentos disruptivos ocorrem; analisar a

função de comportamentos presenciados, demonstrar os benefícios do uso da análise funcional e as vantagens em capacitar esses profissionais. A autora baseada em seus cadernos de registros, onde encontram-se anotadas suas dificuldades com comportamentos disruptivos, propõe esta pesquisa sobre análise funcional do comportamento para verificar se o conhecimento prévio teria auxiliado nessa jornada e pode vir a ajudar a esse profissional. Então, o conhecimento em análise funcional do comportamento pode ser um passo importante para o processo de inclusão e a difusão e publicação deste artigo o pontapé inicial para esta ferramenta entre no ambiente escolar e seja utilizada para ajudar na inclusão de crianças com desenvolvimento atípico.

2. DESENVOLVIMENTO

A inclusão escolar de crianças com desenvolvimento atípico, ainda em idade precoce, é de extrema importância para o seu desenvolvimento e o desenvolvimento da alteridade nas demais, porém ainda vemos no ambiente escolar profissionais de educação contrários ao processo de inclusão por diversos motivos, dentre eles a dificuldade em lidar com o comportamento disruptivo.

Nas últimas décadas, a educação especial tem contemplado os influxos dessa discussão no que se refere ao acesso de alunos com deficiências no ensino comum e, sobretudo, ao pertencimento a estes espaços a partir do reconhecimento da alteridade. Tais preposições suscitaram muitos debates e produções voltados, dentre outros, para o atendimento educacional especializado, a implementação das políticas, a formação de professores, o currículo e a gestão. Apesar desses movimentos, é ainda amplo o desconhecimento sobre a educação escolar frente às demandas inclusivas. (BAPTISTA; CAIADO; JESUS, 2008 apud VASQUES, 2014, p. 666)

Todo ato ou efeito de proceder socialmente do indivíduo é um comportamento, seja ações ou pensamentos. Nós nos comportamos o tempo todo face a estímulos sociais, a sentimentos e necessidades íntimas ou uma combinação de ambos, assim como todos a nossa volta. De acordo com Skinner (2003, p.15):

Todos nós conhecemos milhares de fatos sobre o comportamento. Realmente, não há assunto com o qual pudéssemos estar melhor relacionado, pois estamos sempre na presença de pelo menos um organismo que se comporta. Mas essa familiaridade é quase uma desvantagem, pois significa que provavelmente temo-nos precipitado em

conclusões que não serão comprovadas pelos métodos cautelosos da ciência.

Constantemente fazemos suposições sobre o porquê de determinado comportamento e na sala de aula essa situação não é diferente. Por vezes, supomos que “determinada criança se comporta assim, pois possui um transtorno”, desconsiderando que antes do transtorno há um indivíduo que aprendeu a obter uma consequência com determinado comportamento.

Skinner (2003) defendeu que o comportamento não é inacessível, mas extremamente complexo, pois é um processo, não pode ser isolado para observação, é mutável, fluído e evanescente. Mesmo observando determinado comportamento por anos, não somos capazes de estabelecer padrões e relações ordenadas para além da sua topologia. Contudo pode ser observado e analisado, pois ocorre dentro de um contexto, foi adquirido e reforçado na história do indivíduo, ou seja, a criança vem para o ambiente escolar com uma história pregressa que a faz se comportar de tal forma.

A ciência do comportamento visa o estudo sobre o indivíduo, para Skinner (2003, p. 20-21) “cada ação do indivíduo é única” e “uma ciência do comportamento que diga respeito ao comportamento de grupos não servirá, provavelmente, de ajuda na compreensão do caso particular”. Devido a experiências únicas que o levaram a se comportar de tal modo, então, a análise do comportamento visa estudar esse indivíduo de forma a compreender a função do seu comportamento.

De acordo com Matos (1999), a função do “fenômeno” comportamento está relacionada aos “fenômenos” variáveis ambientais, ou seja, a eventos físicos e sociais que estão presentes no ambiente em que a criança está inserida. Essas variáveis incluem eventos anteriores e consequentes ao comportamento. Para Matos (1999, p. 10), “o comportamento é dito controlado” quando se compreende as relações funcionais entre o comportamento da criança e as variáveis ambientais, incluindo “eventos físicos, sociais”, “eventos encobertos e outros comportamentos do próprio organismo”. Então somos capazes de descrever as relações funcionais que o mantém ou modificam. No entanto, modificar um comportamento não é simples, devido a sua complexidade e as variáveis envolvidas, porém entender o porquê

daquele comportamento, traz compreensão sobre a criança, as suas necessidades e pode ajudar a estabelecer estratégias para o manejo.

Comportamento disruptivo é um termo usado para descrever comportamentos que interrompem o funcionamento normal da ação, como se jogar no chão, gritar, se agredir ou agredir alguém sem um motivo aparente. Esse tipo de comportamento pode ocorrer em qualquer ambiente e no ambiente escolar tende a ser mais frequente, pois se tem uma rotina pré-estabelecida e nem sempre é possível atender aos anseios individuais. Desse modo, entendemos que a nomenclatura “comportamento disruptivo” é a mais adequada para descrever esse tipo de comportamento no ambiente escolar.

Os comportamentos disruptivos podem ser de vários tipos como autolesivo, lesivos, não respondentes, apáticos etc. E trazem grandes problemas e precisam ser reduzidos ou extintos. O comportamento disruptivo do tipo autolesivo não ocorre devido a alguma disfunção neurológica, segundo Matos (1999, p. 11), “não é considerado como manifestação de um processo psicótico, é sim, um conjunto de respostas que permitem o acesso, pelo indivíduo, a consequências importantes para ele”, sendo estas consequências “sensoriais”, “sociais”, acesso a “bens tangíveis” e fuga de demanda.

Entender a função do comportamento é fundamental para garantir um ambiente escolar saudável e produtivo, ou seja, sua utilidade a criança. Por exemplo, quando a criança se joga no chão é importante observar as relações funcionais desse comportamento no ambiente e o que ela obtém com ele. Segundo Skinner (2003), o indivíduo é o palco dessas interações, onde uma forma de se comportar trará alguma consequência que o mantém. Ao investigar um comportamento é necessário considerar as relações entre eventos ou entre variáveis, ressaltando que essas relações são válidas dentro de determinadas condições e contextos específicos. Isso mostra que as relações de um comportamento são válidas só para o indivíduo e não podem ser aplicadas a outro.

No ambiente escolar, o comportamento disruptivo só irá se manter se garantir as mesmas consequências ou trazer novas consequências que tenham

funcionalidade. Por essa razão, é imprescindível intervir o quanto antes sobre este comportamento. Ressaltando que comportamentos similares podem buscar consequências diferentes para crianças distintas. Por exemplo, uma criança pode se jogar no chão sempre que desejar colo e receber o colo como consequência. Já outra pode emitir o mesmo comportamento de se jogar no chão sempre que quiser evitar tomar banho e assim permanecer mais um tempo sem ir para o banho, pois a consequência mantenedora do comportamento é específica para o indivíduo.

Alguns fatores aumentam o risco para a ocorrência do comportamento disruptivo, principalmente no ambiente escolar, onde crianças com desenvolvimento atípico se veem em ambiente desconhecido, longe de seus familiares, com novos cuidadores que desconhecem suas necessidades e tendem a apresentar esses comportamentos em um número maior de vezes, principalmente para as crianças sem linguagem funcional, devido à falta de comunicação.

De acordo com Garcia & Oliveira (2016), um fator considerado de aumento ao risco de comportamento disruptivo autolesivo é a baixa habilidade para realização de AVD, como habilidades verbais restritas (BAGHDADLI et al., 2003; SALOVIITA, 2000), ou seja, déficits de habilidades comunicativas, onde o indivíduo obtém acesso a consequências reforçadoras através desse comportamento. Ao se engajar em um comportamento disruptivo, o indivíduo tem acesso a uma consequência reforçadora, ou seja, ao se comportar dessa forma ele obtém um resultado que mantém o comportamento.

Os fatores que causam ou contribuem para a ocorrência de um comportamento-problema são denominados função do comportamento. Quando se determina a provável função de um comportamento-problema, é possível delinear intervenções com grande probabilidade de sucesso. Sem o conhecimento da função do comportamento, intervenções podem ser delineadas, porém elas têm uma baixa taxa de sucesso e podem, na realidade, aumentar o comportamento problema. (HIGBEE, PELLEGRINO, 2018, p. 213)

As funções mais comuns do comportamento disruptivo são a busca de consequências: a) Sensoriais: Onde eles buscam autoestimulação, ou seja, a busca por sensações que causem algum prazer ou alívio para dor, por exemplo, a criança bate a cabeça na parede, pois está com dor de cabeça e ao bater a cabeça na

parede sente um alívio momentâneo; b) Comunicativas: Onde a criança quer expressar a intenção, seja ela social, obtenção de algo tangível ou fuga de demanda. Por exemplo, a criança ao ser levada a mesa começa a chorar, pois não consegue comunicar que não está com fome, ou que estava em uma atividade reforçadora. Em grande maioria, os comportamentos-problema, apresentam função comunicativa, e grande parte dos planos de intervenção comportamental incluirão treino de comunicação funcional (HIGBEE, PELLEGRINO, 2018), ou seja, estimular a comunicação funcional na escola é imprescindível para redução desses comportamentos.

Ao planejar intervenções que enfraqueçam o comportamento disruptivo, é necessário entender que ele é mantido e alterado por relações adquiridas por experiência e utilidade ao indivíduo. Se o comportamento traz uma consequência reforçadora, o indivíduo se comportará dessa forma sempre que quiser obter esse resultado. Como no exemplo, a criança quer sair do ambiente, ela se comportará de forma a atingir esse objetivo, desse modo, se gritar fará com que alguém a retire do ambiente, ela gritará. Então, antecipar a necessidade dela em sair do ambiente evitará que ela grite para ser retirada. Perceber os sinais antecipatórios ao comportamento disruptivo pode ajudar a evitá-lo. A criança pode apresentar-se agitada, apática, irritadiça etc. antes da emissão do comportamento. Observações e registros são necessários para a compreensão desse comportamento. Uma forma de reverter o processo que mantém determinado comportamento disruptivo, é a utilização de reforçadores para comportamentos adequados:

O fornecimento de reforçadores positivos no tratamento pode abolir propriedades aversivas das tarefas e, conseqüentemente, reduzir a emissão do comportamento-problema (GEIGER, CARR & LEBLANC, 2010 apud GARCIA, OLIVEIRA, 2016, p. 62)

Ao perceber a constante necessidade da criança em sair da sala, retirá-la em alguns momentos pode ser reforçador, desde que seja acompanhado de um comportamento adequado, quando ela se mantiver sentada por determinado tempo, ao finalizar uma tarefa e nunca após um comportamento disruptivo. Cabe ao profissional promover a criança possibilidades para a aprendizagem de repertório de

comportamentos adequados, para obtenção de suas necessidades. Como ensinar a levantar a mão sempre que precisar sair da sala, e o reforço imediato desse comportamento sempre que ele acontecer, permitindo que ela saia toda vez que levantar a mão, num primeiro momento. Sendo este, um reforço positivo ao comportamento adequado, de forma a promover que ele aconteça novamente. Lalli et al (1999 apud GARCIA, OLIVEIRA, 2016) sugere que o uso de reforçadores positivos pode ser uma estratégia mais eficaz para promover comportamentos adequados do que o uso de pausa nas tarefas.

A aprendizagem de repertório relevante para a vida diária contribui para a redução de comportamento disruptivo. Se a criança consegue comunicar sua intenção de ir ao banheiro, é encaminhada ao banheiro pelo profissional de educação, se utilizará novamente do comportamento adequado. Entretanto, a aprendizagem de um novo repertório pode não ser tão simples. Então permitir que a criança vá ao banheiro sempre que quiser, sem que seja necessário apresentar um comportamento adequado, pode ser uma opção para reduzir um comportamento disruptivo, até que se consiga ensinar o novo repertório.

Uma hipótese discutida na literatura para o sucesso no uso do procedimento de NCR é a provável diminuição da motivação para emissão de comportamentos problema para obter reforço, uma vez que reforçadores estão livremente disponíveis (CARR et al., 2000, apud GARCIA, OLIVEIRA, 2016, p. 62)

Utilizar esse procedimento, (NCR)² reforçamento não contingente, pode não ser a melhor estratégia, mas é uma solução provisória:

O NCR é eficaz na redução de comportamentos-problema porque ele altera a motivação do indivíduo em se engajar nesses comportamentos (ou seja, cria uma operação abolidora) e coloca, efetivamente, o comportamento-problema em extinção por meio da ruptura da relação funcional entre o comportamento e as suas consequências características. (HIGBEE, PELLEGRINO, 2018, p. 215)

A intervenção para redução do comportamento disruptivo, se realizada precocemente, evita que o comportamento se estabeleça nesse novo ambiente, o que traz ganhos ao desenvolvimento da criança e benefícios aos envolvidos.

² Liberação de reforçadores ao indivíduo, de forma não contingente a um comportamento específico.

Relação funcional é a relação entre a resposta/comportamento e sua consequência mantenedora constituída pela condição antecedente, o que determina o comportamento. De acordo com Matos (1999, p. 13), “é possível dizer que entre o comportamento da criança e o dos adultos se estabeleceu uma relação funcional denominada reforçamento.” E este estabelece a relação entre o comportamento e suas consequências, onde o comportamento da criança se altera em função das consequências, ou seja, em relação ao comportamento do adulto. Sendo observável somente as mudanças no comportamento e no ambiente, e não a relação funcional em si.

Ao observar o comportamento alvo pode-se presumir sua relação funcional entre o comportamento da criança e as consequências que o mantém. Sendo essas consequências reforçadoras ou aversivas e relacionadas a eventos antecedentes e consequentes, que podem ser influenciados por fatores ambientais, como a presença ou não de adultos e intervenções específicas destes. Um exemplo onde o comportamento do adulto tem relação funcional com o comportamento da criança é: A criança não aceita almoçar e o adulto permite que ela tome sorvete mesmo assim, se este comportamento do adulto é recorrente, a criança entende que o sorvete pode ser sua ‘refeição principal’, então passa a recusar o almoço e começa a só aceitar alimentos que sejam prazerosos a seu paladar.

Há uma grande dificuldade do profissional de educação em lidar com os comportamentos disruptivos, emitido por crianças com desenvolvimento atípico, principalmente, comportamentos do tipo autolesivo e lesivo. Para a análise do comportamento todas as alterações comportamentais, surgem do modo de escolha pelas consequências. Segundo Matos (1999 p. 9), “isto supõe que o organismo seja dotado de uma sensibilidade inata ao efeito destas consequências”.

Uma análise funcional é a busca dos determinantes para a ocorrência do comportamento, ou seja, a descrição de sua dependência com outros acontecimentos, onde se busca compreender as relações que o influenciam, o que possibilita identificar as variáveis que mantêm ou modificam este comportamento. Segundo Matos (1999, p. 13), uma análise funcional identifica “as variáveis

importantes para a ocorrência de um” comportamento, o que permite intervenções futuras, para a generalização ou extinção do comportamento em diferentes ambientes e contextos. Dessa forma, ela auxilia no planejamento de intervenções para enfraqueçam comportamentos disruptivos de ordem sensorial, fuga de demanda, lesivo ou autolesivo. E no comportamento adequado, será possível aumentar sua frequência e ampliar o repertório.

De acordo com Matos (1999, p. 15), “uma análise funcional” é a “análise das contingências responsáveis por um comportamento” e “busca responder”: “Qual é a relação funcional entre esse comportamento e seus efeitos?” Então algumas perguntas importantes precisam ser respondidas com esta análise - “Qual é a função desse comportamento para a criança?”, “Qual é a função da omissão desse comportamento para a criança?” e “Qual é a relação funcional entre esse comportamento e seus efeitos para a criança?”.

A análise funcional permite identificar porque os indivíduos se comportam, como se comportam ou por mudanças no comportamento. Tendo este comportamento uma função que precisa ser analisada, de forma que seja compreendido quais consequências ele traz ao indivíduo. Para Banaco (1999), a análise funcional é a grande ferramenta que os analistas do comportamento têm para descrever e manipular essas relações.

É a partir da relação com o contexto em que o comportamento ocorre que se interpreta sua funcionalidade, baseada nas consequências do responder em cada situação. Assim, “a ideia de adequação vai depender de uma ampla análise das consequências que o responder produz” (MARÇAL, 2005, p. 264). (SILVA, DE-FARIAS, 2013, p. 40)

Essas consequências podem ser diferentes para cada indivíduo dentro do seu contexto, como bebês chorando, nem todos recebem a mesma consequência/resposta a seu choro, alguns recebem colo, outros mamadeira e os demais tem a fralda verificada, aquele choro será repetido aos que tiveram suas consequências reforçadas. No ambiente escolar realizar a análise funcional sobre o comportamento possibilitará ao profissional de educação ofertar uma qualidade no processo de inclusão, visto que ao compreender a função de determinado

comportamento, ele terá condições de traçar estratégias para manejar tais comportamentos.

Tipicamente é feita uma análise da função dos comportamentos que são relevantes e das condições de ensino, em termos de arranjos ambientais e de variáveis motivacionais (consequências reforçadoras) para promover o desenvolvimento desses comportamentos (se ausentes) e seu fortalecimento, se eles ainda ocorrem de maneira incipiente (SKINNER, 1968, apud GOMES et al, 2017, p. 378)

Para a compreensão da funcionalidade do comportamento, precisamos entender a relação do indivíduo com o ambiente, por isso é necessária à coleta de dados para mensuração de tal comportamento.

[...] uma formulação da interação entre organismo e seu ambiente deve sempre especificar a ocasião em que a resposta ocorre, a própria resposta e as consequências reforçadoras. As inter-relações entre elas são as contingências de reforço. (MEYER, 2003, p.76)

Os principais dados a serem coletados e analisados para a eficiência da análise funcional na compreensão do comportamento, segundo Meyer (2003) são: a) Qual o comportamento problema? b) Como ele aparece (Antecedentes)? e c) Qual a sua consequência? Posteriormente se deva levantar: d) Tal situação é uma consequência reforçadora ou uma condição aversiva? Ainda segundo Meyer (2003), a resposta à tal pergunta pode ajudar a entender algumas características de comportamentos operantes e, assim, permitem uma previsão e controle de situações nas quais eles ocorrem.

Comportamentos operantes são aqueles onde sua maior fonte de controle encontra-se nos de estímulos consequentes (TEIXEIRA, 2005), ou seja, que são mantidos pelas suas consequências. Como no exemplo, a criança joga a atividade no chão e esta é retirada dela, a consequência de retirar a atividade reforça o comportamento de jogá-la no chão. O que estabelece o comportamento, sempre que a criança não quiser realizar a atividade.

Para Delitti (2001), a análise funcional permite levantar hipóteses a respeito da aquisição e manutenção dos repertórios problemáticos e planejar a aquisição de novos padrões de comportamento, ao levar em conta a identificação das

contingências³ ao longo da história de vida da criança, o que proporciona a compreensão além seus comportamentos atuais, mas também das dificuldades que apresentam no contexto escolar. Sendo assim, para uma melhor compreensão do repertório da criança, não basta ater-se às contingências atuais que evoca e mantém o comportamento, o que consiste numa análise além do ambiente escolar. Uma coleta de dados eficiente, garante uma análise funcional que permita identificar contingências mantenedoras desses comportamentos em todos os ambientes que o indivíduo frequentar, sendo imprescindível realizar entrevista com todos que participem da rotina da criança para informações complementares à análise.

Conforme Delitti (2001), para verificar as contingências em que o comportamento disruptivo se fixou e como é mantido, estão envolvidos três momentos da vida do indivíduo: 1) sua história passada; 2) seu comportamento atual e 3) sua relação com a pessoa envolvida no comportamento. Sendo necessário, buscar uma compreensão dos contextos de aquisição e manutenção desses comportamentos ao longo da história de condicionamento da criança, ou seja, como esse comportamento é reforçado em outras situações e ambientes.

Uma vantagem da análise funcional do comportamento é considerar a relação entre acontecimentos que estão separados por intervalos de tempo, permitindo a identificação de variáveis ambientais que influenciam o comportamento, mesmo que não estejam presentes no momento em que ele acontece. Para entender se ambientes parecidos evocam comportamento disruptivo semelhante, a comparação pode ter por base uma análise funcional. Os ambientes são então comparados com base no comportamento que eles evocam, ao invés das suas características físicas. Se eles evocarem o mesmo comportamento, então são funcionalmente similares. Por exemplo, ao abrir a geladeira da escola e só encontrar legumes, não mantém o comportamento no ambiente escolar, se em casa à criança é reforçada ao abrir a geladeira e encontrar guloseimas que são do seu interesse, pois em casa a consequência mantém esse comportamento. Sendo a análise funcional possibilita a

³ Contingências, diz sobre componentes das relações comportamentais que apresentam relação de dependência entre si (TEIXEIRA e col, 2005).

identificação das variáveis antecedentes e consequentes relacionadas a comportamentos pontuais e a associação dessas respostas, que apontem semelhanças funcionais a respostas que ocorrem em contextos diferentes.

Segundo Matos (1999, p.13), quando se reconhece a qual “classe de comportamentos uma determinada resposta” pertence, o que serve também para qual “classe de estímulos uma determinada mudança ambiental” faz parte, “podemos trabalhar com respostas e/ou estímulos” que se assemelham. Assim, podemos trocar uma resposta não aceitável, por outra mais adequada da mesma classe, para que o reforçador seja o mesmo. Como no exemplo, onde a criança joga a atividade no chão para fugir da demanda e manejamos para a criança virar a atividade para baixo para demonstrar que ela não quer realizar, o novo comportamento será reforçado da mesma forma, onde a criança não precisará realizar a atividade naquele momento. Para o caso de uma condição ambiental não estar disponível, podemos utilizar uma similar, que exercerá o controle desejado sobre a resposta.

Uma análise funcional bem aplicada pode ajudar na ampliação de repertório, ao direcionar para quais tipos de experiências são necessárias que a criança se exponha para promover o surgimento de novos comportamentos mais adaptados a condições e situações escolares. Uma análise onde houve observação, hipótese e constatação, nos dá a identificação funcional, seu reforçamento, ou seja, o crescimento da viabilidade de ocorrência de um comportamento que é seguido de certas consequências. Como no exemplo, a criança é informada que receberá massinha após realizar a atividade, realiza a atividade e recebe a massinha para brincar, aumenta a possibilidade do comportamento ‘realizar atividade’ ocorrer novamente.

Conforme Matos (1999), há cinco passos básicos para a realização de uma análise funcional do comportamento: 1 - Determinar o comportamento a ser investigado; 2. Indicar todas as características relevantes e apresentar as consequências que esse comportamento traz, o que inclui a frequência com que ele acontece; 3. Detectar as relações ordenadas entre o comportamento de interesse e

as variáveis ambientais, em sua sequência. O que envolve situações antecedentes e subsequentes ao comportamento, a identificação das consequências que o mantém e a distinção dos acontecimentos que são condições para sua ocorrência. São necessárias várias observações do comportamento e de outros comportamentos para estabelecer suas relações, além de um olhar detalhado sobre as interações entre as variáveis ambientais e comportamentais. 4. Formular previsões e elaborar antecipação sobre os efeitos de manipulações dessas variáveis e desses outros comportamentos, sobre o comportamento alvo. As relações de consequência devem ser descritas dentro de um quadro mais amplo, conforme possíveis variáveis. A verificação e conferência de análises anteriores possibilitará a antecipação de acontecimentos similares. Também é fundamental detectar todas as variáveis das condições antecedentes, se envolvem apenas acontecimentos materiais ou também comportamentais, se são provenientes apenas da criança ou de outras pessoas; 5. É essencial averiguar essas previsões, através de testagem.

Uma análise funcional necessita de uma avaliação abrangente e contextualizada para compreender o comportamento e suas interações com cada ambiente, visto a relação que função do comportamento tem nesse ambiente. A detecção e a relação das consequências comportamentais, do comportamento de interesse, envolvem sua observação direta e descrição das pessoas envolvidas conforme a situação e o ambiente.

Ao realizarmos a análise funcional de tal comportamento, devemos relatar todas as variáveis ambientais que possam estar relacionadas diretamente a esses eventos, tais como fatores biológicos (mudança de medicação, dor de dente, noite de sono anterior prejudicada), fatores sociais (capacidade de determinada resposta autolesiva mobilizar o ambiente a seu favor, com atenção diferenciada dos pais) e fatores físicos (mudança em algo da rotina do participante). A partir de tal descrição funcional do comportamento-alvo, o terapeuta poderá manipular situações a fim de avaliar custos e benefícios de tal comportamento em certas circunstâncias. Assim, poderá estabelecer contingências que favorecem comportamentos socialmente aceitos em detrimento daqueles que, apesar de terem alguma função no ambiente, ocasionam problemas para a própria pessoa e para seu ambiente social. (DE-FARIAS, 2010, p. 161, 162)

Nem sempre enfraquecer o comportamento disruptivo complexo será possível com a análise do profissional de educação, por vezes essa situação só será

resolvida com o auxílio de um analista do comportamento, mas para comportamentos simples os resultados podem ser positivos. Então é necessário capacitar esses profissionais, desde cuidadores até professores, em análise funcional. Sendo essa capacitação baseada em fundamentos da Análise Aplicada do Comportamento, sem vasto material teórico, focado em orientações práticas para aplicação de análise funcional, com uso mínimo de termos técnicos e vários exemplos práticos para determinar a função dos comportamentos.

Os autores ainda enfatizaram que se tornou inviável utilizar profissionais especializados para realizar todo o tratamento e que a solução mais comum para implementar a ICI tem sido empregar pais e estagiários para realizar a intervenção (terapeutas para profissionais), com orientação e supervisão de terapeutas comportamentais capacitados (ANDERSON et al., 1987; DAWSON et al., 2010; MCCONACHIE & DIGGLE, 2006, SHEINKOPF & SIELGEL, 1998; SHERMAN et al., 1988; SMITH et al., 2000 apud GOMES et al., 2019, p. 3)

Uma solução que atenda essa necessidade é capacitar os profissionais de educação que tenham contato direto com crianças, com orientação e supervisão de analistas do comportamento. Essa capacitação, possivelmente, trará a esses profissionais menor aversão ao processo de inclusão, pois dentro do espaço escolar o comportamento disruptivo é um assunto que debatido em reuniões pedagógicas.

2.4 METODOLOGIA

Após pesquisa bibliográfica, foram selecionados três comportamentos alvos registrados nas observações da autora ao longo de seus anos enquanto profissional de educação. Cada comportamento selecionado corresponde a uma criança diferente com desenvolvimento atípico, em turmas e anos distintos.

Como ainda não possuía qualquer conhecimento em ABA ou análise funcional nem todos os dados necessários estavam registrados nessas observações, mas foram selecionados os comportamentos com a maior quantidade de informações para que fosse aplicado o conhecimento adquirido com essa pesquisa. Após selecionar três comportamentos, eles foram organizados de forma a se realizar uma análise funcional, com antecedente (variável anterior ao

comportamento), comportamento alvo (comportamento disruptivo) e as possíveis consequências que os mantêm.

A criança do comportamento (A) era da sala do berçário, que corresponde a faixa etária de seis a dezoito meses, sem comunicação funcional e sem diagnóstico. A criança era deixada na escola pelo pai, e ao ser colocada na sala ela se atirava no chão, arrancava os sapatos e as roupas, ficando só de fralda. O comportamento se repetia diariamente e após ocorrer a cuidadora pegava a criança no colo e dava atenção exclusiva a ela. A criança do comportamento (B) era da sala de maternal, que corresponde a faixa etária de três anos, com comunicação funcional e posteriormente foi diagnosticada com autismo, conhecia o próprio nome conforme atividades realizadas, se mostrava interessada em saber o que estava acontecendo sempre que outra criança era chamada, porém quando o seu nome era chamado ela não atendia a solicitação. A criança do comportamento (C) era da sala de maternal, também na faixa etária dos três anos, sem comunicação funcional, diagnosticada com autismo. Participava da maior parte da rotina, porém ao ser encaminhada ao refeitório era resistente e se jogava no chão, às vezes conseguia evitar a ida ao refeitório.

Diante dos dados foi feito a seguinte análise funcional:

Quadro 2 – Análise Funcional do comportamento

Criança	Antecedente	Comportamento Alvo	Consequência
A	Pai coloca a criança dentro da sala no horário da entrada.	Criança se joga no chão e arranca toda a sua roupa e calçado.	Criança recebe atenção da cuidadora que precisa vesti-la novamente.
B	Criança emite um comportamento que necessite orientação, como jogar os brinquedos ou lesionar algum colega de sala e é chamada para orientação.	Criança não atende ao ser chamado pelo nome.	Consegue evitar à orientação, pois alguns profissionais não vão até ela para orientá-la, pois apresentam-se cansados do comportamento da criança.
C	Criança é encaminhada ao refeitório pela profissional de educação.	Criança se mostra resistente a ir ao refeitório e se joga no chão.	Consegue evitar a ida ao refeitório, algumas vezes.

Fonte: Próprio autor

Como os dados são de anos anteriores, não foi possível sua verificação na prática. Por não se tratar de comportamentos complexos foram passíveis de serem analisados. Baseado na análise funcional, algumas intervenções podem ser propostas:

No comportamento (A), combinar com o pai de entregar a criança diretamente no colo da cuidadora, para que ela receba a atenção que deseja sem a necessidade de emitir o comportamento. E ir modelando o comportamento até que se torne adequado ao ambiente. No comportamento (B), a criança entendia que atender ao chamado era uma situação aversiva, pois se atendesse a consequência era uma orientação ou ser retirado da brincadeira. Então, não atender era a forma que ela encontrava para evitar a situação. Sendo necessário criar estratégias para reverter esse comportamento, como chamá-lo para ganhar um abraço ou um brinquedo (conforme o seu interesse), em outros momentos como forma de estabelecer o comportamento de atender. No comportamento (C), as anotações não nos dão dados suficientes para supor com exatidão o porquê a criança se jogava no chão sempre que era encaminhada ao refeitório. No entanto, baseado nos registros ela só apresentava esse comportamento nesse momento, provavelmente ela queria comunicar a insatisfação de ir ao local. A única estratégia utilizada foi dar uma bexiga sempre que ela aceitava ir ao refeitório, o que se mostrou reforçador, mas foi interrompido devido ao alvoroço das outras crianças. Estratégias como oferecer comida fora do refeitório ou levá-la ao refeitório sem a presença de outras crianças, caso fosse o barulho que a incomodasse; tão pouco oferecer alimentos separados, caso fosse uma questão de seletividade alimentar, não foram utilizadas.

Todos os três comportamentos são passíveis de modificação, desde que estratégias eficientes forem aplicadas. Porém para elaborar estratégias só é possível após uma análise funcional do comportamento, que nos mostra as consequências que mantêm tais comportamentos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seleção das consequências na modelagem dos comportamentos é fator determinante, isto significa que, são modificados porque servem a um propósito para a criança. Se um comportamento disruptivo ocorre, é porque é funcional e garante uma consequência, seja obter atenção, uma recompensa ou evitar uma situação aversiva. Fazer a análise funcional é identificar essa consequência, o que torna possível traçar estratégias a fim de evitar que o comportamento volte a ocorrer. Haja vista que o mesmo comportamento, ou seja, com a mesma topologia em indivíduos distintos, traz consequências diferentes e é sempre necessário fazer uma análise individual.

Todo comportamento que não for adequado ao ambiente pode ser considerado um comportamento disruptivo. No ambiente escolar, este tipo de comportamento, pode gerar mais comportamentos disruptivos, devido a maturidade das crianças, que está em desenvolvimento, e podem buscar obter os mesmos resultados através da imitação. Assim, é imprescindível saber lidar com estes comportamentos antes que se estabeleçam. Então, é necessário capacitar os profissionais de educação, desde os cuidadores até os professores, para o manejo destes comportamentos. Sendo essa formação baseada em fundamentos da Análise Aplicada do Comportamento, sem capacitação teórica extensa, com orientações simples, com uso mínimo de termos técnicos e exemplos práticos para a aplicação da análise funcional.

Concluindo, a análise funcional é o instrumento básico do analista do comportamento e pode ser uma ferramenta aliada do profissional de educação inclusivo. Ao analisar as contingências presentes e passadas da vida desse indivíduo, as consequências mantenedoras do comportamento disruptivo se tornam evidente, possibilitando a alteração do controle de estímulos e o treinamento de novas habilidades mais adaptativas. A partir da análise funcional, o profissional de educação poderá planejar estratégias mais eficientes no sentido de ampliar o repertório da criança, o que irá enfraquecer os comportamentos. É importante

trabalhar a aprendizagem de comportamentos que venham a produzir consequências reforçadoras e relevantes ao indivíduo.

A análise funcional pode agregar valor ao processo de inclusão às crianças com desenvolvimento atípico. Sendo assim, este artigo não se pretende conclusivo, mas antes, destina-se a expressar algumas de nossas reflexões sobre o comportamento disruptivo no ambiente escolar para crianças com desenvolvimento atípico, e pesquisas voltadas a essa temática e esses sujeitos, serão continuadas no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANACO, R. A. **Técnicas Cognitivo-Comportamentais e Análise Funcional**. Em R. R. Kerbauy, & R. C. Wielenska (Orgs.), Sobre Comportamento e Cognição. Psicologia Comportamental e Cognitiva: da reflexão teórica à diversidade da aplicação. ESETec, v. 4, pp.75-82, Santo André, 1999.

DELITTI, M. **Análise funcional: O comportamento do cliente como foco da análise funcional**. Em M. Delitti (Org.), Sobre Comportamento e Cognição. A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental. ARBytes, v. 2, p. 37-44, São Paulo, 2001.

DE-FARIAS, Ana Karina C. R. de e Col. **Análise comportamental clínica: Aspectos teóricos e estudos de caso**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GARCIA, Marcus V. F. de; OLIVEIRA, Thais P. **Redução de comportamento autolesivo em uma criança com diagnóstico de autismo utilizando reforçamento não contingente e treino de mando**. Revista brasileira de análise do comportamento/Brazilian journal of behavior analysis, v. 12, n. 1, p. 54-64, 2016.

HIGBEE, Thomas S.; PELLEGRINO, Azure J. **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista** – Estratégias analítico-comportamentais para o tratamento de comportamentos-problema severo. Cap. 13, p. 212-222, 2018.

MATOS, Maria A. **Análise Funcional Comportamento**. Estudos de Psicologia [online]. V. 16, n. 3, p. 8 – 18, Campinas, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X1999000300002>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

MEYER, S. **Análise Funcional do Comportamento**. Em Costa, C. E., Luzia, J. C., & Sant'Anna, H. H. N. (Orgs.). **Primeiros Passos em Análise do Comportamento e Cognição**. Ed. ESEtec, p. 75-91, Santo André, 2003.

SILVA, José Leonardo Neves e; DE-FARIAS, Ana Karina Curado Rangel. **Análises funcionais molares associados à terapia de aceitação e compromisso em um caso de transtorno obsessivo-compulsivo**. Rev. bras. ter. comport. cogn., v. 15, n. 3, p. 40, São Paulo, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151755452013000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 31 jul. 2022.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Ed. UnB/ FUNBEC, p. 15, Brasília, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3035070/mod_resource/content/1/Aula%201%20%28complementar%29%20-%20Uma%20ci%C3%Aancia%20do%20comportamento.pdf. Acesso em: 31 de julho de 2022.

TEXEIRA J, Ronaldo R.; SOUZA, Maria A. O. de; DIAS, Marcela F. **Vocabulário de Análise do Comportamento**. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/~vocabularioac/vocabularioac.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2021.

VASQUES, Carla K.; BAPTISTA, Claudio R. **Transtornos Globais do Desenvolvimento e Escolarização: o conhecimento em perspectiva**. Educação & Realidade, v. 39, n. 3, p. 666, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/J76nvfjbJwMC9fGYDdskTdz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2022.